



<https://doi.org/10.26512/rgs.v14i2.46874>
Revista Gestão & Saúde ISSN: 1982-4785
Neiman AE, Gonçalves GCS

Artigo Original

Sistema Único de Saúde: Pesquisa de opinião dos brasileiros adultos em consulta online

Sistema Único de Saúde (SUS): Survey of adult brazilians in online consultation

Sistema Único de Saúde (SUS): Encuesta de opinión a brasileños adultos en consulta en línea

Alexandra Emídio Neiman¹
Geisa Colebrusco de Souza Gonçalves²

Recebido: 22.02.2023

Aprovado: 03.07.2023

RESUMO

Com o objetivo de conhecer e analisar a opinião de adultos sobre o SUS, essa pesquisa de opinião pública, em respeito à Resolução nº 510, de 2016, contou com 307 respondentes, que foram contactados por meio do *WhatsApp*, para que pudessem responder ao formulário eletrônico. A maioria considera o Sistema Único de Saúde bom e indispensável. Entre os que não são vinculados com a área da saúde, 70% desconhecem as atribuições do SUS; quase 78% conhecem o significado das palavras “equidade”, “integralidade”, “universalidade”; aproximadamente 60% conhecem o Programa Nacional de Imunização (PNI); e quase 72% acreditam estar inclusos no PNI. Assim, além do desconhecimento das atribuições do SUS pela maioria, mais da metade desconhece as atribuições da vigilância epidemiológica; quase 55% desconhecem os princípios do SUS. Entre os que são vinculados à área da saúde: quase 66% conhecem as atribuições do SUS; quase 97% conhecem o significado das palavras “equidade”, “integralidade”, “universalidade”; quase 89% conhecem o PNI; e aproximadamente 93% acreditam estar inclusos no PNI. Verificaram-se opiniões diversas nas atribuições do SUS entre quem não é e quem é da saúde, e o mesmo pode ser dito em relação aos princípios do SUS, avaliação do PNI, atendimento pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU-192), avaliação do Sistema Nacional de Doação e Transplante de Órgãos.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde; Saúde Pública; Opinião Pública; Adulto.

ABSTRACT

With the objective of knowing and analyzing the opinion of adults about the SUS, this public opinion survey, in compliance with Resolution 510 of 2016, had 307 respondents, who were contacted

¹ Bacharel em Enfermagem. Enfermeira graduada em 2022 pela Escola Paulista de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo – SP. E-mail: ae.neiman@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8897-7024>.

² Enfermeira. Doutora em Ciências. Professora Adjunta do Departamento de Administração em Serviços de Saúde e Enfermagem da Escola Paulista de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo – SP. E-mail: geisa.colebrusco@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4714-9462>.

through WhatsApp, so that they could respond to the electronic form. Most consider the Unified Health System to be good and indispensable. Among those not linked to health: 70% are unaware of the attributions of the SUS, almost 78% know the meaning of the words 'Equity', 'Integrity', 'Universality', approximately 60% know the national immunization program and almost 72% believe they are included in the PNI. Thus, despite the lack of knowledge of the attributions of the SUS by the majority, more than half are unaware of the attributions of epidemiological surveillance, almost 55% are unaware of the principles of the SUS. Among those linked to health: almost 66% know the attributions of the SUS, almost 97% know the meaning of the words 'Equity', 'Comprehensiveness', 'Universality', almost 89% know the PNI, approximately 93% believe they are included in the NIBP. There were different opinions on the attributions of the SUS between those who are not and those who are in the health sector, the same can be said in relation to the principles of the SUS, evaluation of the PNI, assistance by SAMU-192, evaluation of the national system of donation and transplantation of organs.

Keywords: Sistema Único de Saúde; Public health; Public Opinion; Adult.

RESUMEN

Con el objetivo de conocer y analizar la opinión de los adultos sobre el SUS, esta encuesta de opinión pública, en cumplimiento de la Resolución 510 de 2016, tuvo 307 encuestados, que fueron contactados a través de WhatsApp, para que respondieron el formulario electrónico. La mayoría considera que el Sistema Único de Salud es bueno e indispensable. Entre los no vinculados a la salud: 70% desconoce las atribuciones del SUS, casi 78% conoce el significado de las palabras 'Equidad', 'Integralidad', 'Universalidad', aproximadamente 60% conoce el programa nacional de inmunización y casi 72 % cree estar incluido en el PNI. Así, a pesar del desconocimiento de las atribuciones del SUS por la mayoría, más de la mitad desconoce las atribuciones de la vigilancia epidemiológica, casi el 55% desconoce los principios del SUS. Entre los vinculados a la salud: casi el 66% conocen las atribuciones del SUS, casi el 97% conocen el significado de las palabras 'Equidad', 'Integralidad', 'Universalidad', casi el 89% conocen el PNI, aproximadamente el 93% creen que son incluido en el PANI. Hubo diferentes opiniones sobre las atribuciones del SUS entre los que no están y los que están en el sector salud, lo mismo puede decirse en relación a los principios del SUS, evaluación del PNI, asistencia por SAMU-192, evaluación del sistema nacional de donación y trasplante de órganos.

Palabras clave: Sistema Único de Saúde; Salud pública; Opinión Pública; Adulto.

1. Introdução

O Sistema Único de Saúde (SUS) originou-se a partir da Constituição Federal de 1988, com garantia de saúde como dever do Estado. A promulgação da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispôs acerca da organização, planejamento e assistência à saúde e sua articulação interfederativa^(1,2).

No Brasil, coexistem serviços públicos e privados, sendo o setor privado também normatizado pela mesma constituição, organizado complementarmente ao SUS, oferecendo acesso a serviços não cobertos ou já disponibilizados gratuitamente a todos⁽³⁾. O setor privado foi concebido como

Revista Gestão & Saúde ISSN: 1982-4785
Neiman AE, Gonçalves GCS

Sistema Único de Saúde: Pesquisa de opinião...

suplementar, há portanto, possibilidade de acesso aos serviços integralmente públicos como privados⁽⁴⁾.

O SUS está sob responsabilidade dos três entes governamentais, engloba atendimento da Atenção Primária de Saúde (APS) à intervenções de maior densidade tecnológica, urgentes e emergenciais, com a proposta de garantir o acesso integral, universal e gratuito para todos. Nesse sentido, é proposto em redes que abarcam tanto ações quanto serviços de saúde, de diferentes complexidades, serviços de urgência e emergência, de vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental e de assistência farmacêutica⁽⁵⁻⁷⁾. Contudo, uma das maiores dificuldades dos sistemas de saúde no mundo todo é dar respostas adequadas às condições crônicas que afetam grande parte da população adulta, visto que a fragmentação das ações e serviços é um desafio para adequar-se às mudanças do perfil epidemiológico da população. Nesse sentido, a partir de 2010, foram instituídas no SUS, pela Portaria GM/MS n. 4.279/2010, às Redes de Atenção à Saúde (RAS) temáticas, com atenção às linhas de cuidado específicas⁽⁸⁾.

Com a proposta de ser um sistema que garanta o acolhimento dos usuários e que intervenha nas condições clínicas e epidemiológicas, os serviços devem estar organizados de forma fluída para continuidade do tratamento, seja para a atenção básica, especializada ou internação hospitalar⁽⁹⁾.

A APS ou Atenção Básica (AB), outro termo cunhado para denominar serviços de atendimento em saúde de baixa densidade tecnológica do SUS, tem sido apontada como caminho inicial preferencial de acesso à população para a garantia dos princípios do SUS, integralidade, acesso universal e equânime, descentralizado, sua rede de serviços é prevista de modo regionalizada e hierarquizada⁽¹⁻²⁾.

A APS se caracteriza como conjunto de ações, no âmbito individual e coletivo, que visa a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com a premissa de atenção integral que impacte positivamente nos modos de vida e na condição de saúde de todos os grupos sociais⁽⁶⁻⁷⁾.

Para além da assistência direta à saúde do SUS, há outras frentes de atuação nem sempre claras à toda a população, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que tem como responsabilidade regular e fiscalizar diversos produtos e serviços que influenciam na saúde da

população: agrotóxicos, alimentos, cosméticos, medicamentos, controle das fronteiras e entrada de produtos no país, dispositivos de uso na saúde, saneantes, transfusões e transplantes⁽¹⁰⁾.

Destaca-se que, com a ocorrência da pandemia de Covid-19, procura e necessidade de atendimento colocaram o SUS nos holofotes da mídia, sobretudo pela vacinação ter sido oferecida exclusivamente pelo sistema público de saúde, evidenciou-se que toda a população brasileira é, mesmo que contingencialmente, usuária do SUS.

Entretanto, ainda que tenha sido muito procurado na pandemia da Covid-19, o SUS é alvo de ameaças de sucateamento e privatização, com sucessivas perdas ao longo dos anos. Tal atemorização marcaria o fim do direito constitucional à saúde e acesso à todos. Cabe destacar que a precarização do SUS remonta à data anterior à pandemia. De acordo com o Conselho Nacional de Saúde, após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, o SUS deixou de receber mais de 20 bilhões de reais e deve perder cada vez mais seus recursos⁽⁵⁾. Conhecida como emenda do teto de gastos públicos, ela limita os investimentos em áreas críticas, como saúde e educação⁽¹⁾.

Nesse sentido, concorda-se com Paim e colaboradores^(12, p.1704) “o maior obstáculo e ameaça ao SUS vem sendo o subfinanciamento e privatização no âmbito da financeirização do orçamento público, e o maior desafio continua sendo político”. Os maiores impasses ao longo desses anos foram o financiamento insuficiente e a gestão ineficiente que se retroalimentam, uma colocando a culpa na outra quando ambas são o resultado da falta de compromisso público com a saúde⁽¹³⁾.

Assim, considera-se que o baixo investimento no SUS é o que o torna precário, isto é, sucateado, e, conseqüentemente, mal julgado pela população e estimula a busca de serviços de saúde privados⁽¹⁴⁾.

No que concerne a esta pesquisa, percebe-se a controvérsia sobre a importância do SUS, e, por essa razão, a perspectiva adotada é a de opinião pública, para compreender o posicionamento de adultos acerca do SUS. Reconhece-se que, apesar de pouco explorada de forma sistematizada, a opinião pública é responsável por engendrar mudanças nas proposições políticas, e, portanto, torna-se importante conhecer e compreender a forma como esse grupo avalia e reconhece o escopo do sistema de saúde.

2. Referencial Teórico

Na concepção de Bourdieu, nas situações em que se constitui a opinião, em particular nos momentos de crise, como pode ser considerada a pandemia da Covid-19, as pessoas se encontram diante de opiniões construídas e sustentadas por grupos, de forma que escolher entre opiniões é posicionar-se entre princípios explicitamente políticos⁽¹⁵⁾.

O autor salienta que, em geral, pesquisas de opinião abordam problemáticas que se subordinam aos interesses políticos, sendo, portanto, instrumento de ação política. Existe a ilusão de que a opinião pública é a soma das opiniões individuais, mas em princípio, as pessoas produzem opinião a partir do "ethos de classe", ou seja, a partir de um "sistema de valores implícitos que as pessoas interiorizam desde a infância e a partir dos quais produzem respostas a problemas extremamente diferentes"^(16: p.177).

Nesse sentido, apresenta-se como hipótese que parte da população desconhece a estruturação do SUS, seu escopo e suas responsabilidades e desconhece ser usuária do sistema. Nessa perspectiva, ao procurar serviços de saúde suplementar, a população apoia as diversas iniciativas de privatização da saúde, o que, de certa forma, corrobora com o seu sucateamento, concepção condicionada ao "ethos de classe". Considera-se que, mesmo que descrita sua universalidade como direito à saúde, exista desigual valorização, uso e acesso ao SUS por diferentes grupos sociais.

Justifica-se essa pesquisa pela relevância do tema, visto que o SUS é o maior sistema de saúde do mundo pela quantidade de usuários e ampara a vida dos brasileiros, mesmo que indiretamente. Ressalta-se que o Brasil é o único país no mundo que abarca mais de 209 milhões de pessoas num sistema de saúde universal e integral, e portanto, apresenta inúmeros desafios para sua consolidação⁽¹³⁾. Diante desse panorama, o objetivo desta pesquisa foi analisar a opinião de adultos sobre o SUS e compará-la com as variáveis sociodemográficas.

3. Metodologia

Delineamento do Estudo

Trata-se de uma pesquisa de opinião pública, exploratória, com abordagem quantitativa, que visa conhecer, registrar e descrever o entendimento acerca de um determinado assunto em uma amostra ou população em um determinado período⁽¹⁴⁾. A pesquisa de opinião pública não pretende esgotar uma temática de pesquisa, mas retratar, em um dado momento histórico, a opinião das pessoas

Revista Gestão & Saúde ISSN: 1982-4785
Neiman AE, Gonçalves GCS

Sistema Único de Saúde: Pesquisa de opinião...

acerca de tema específico que nesta pesquisa foi a opinião de adultos acerca do sistema de saúde brasileiro.

Cenário do Estudo

Trata-se de uma pesquisa com dados coletados por meio de formulário eletrônico, para adultos residentes do território brasileiro.

População e Amostra

A amostra dessa pesquisa foi constituída por conveniência, composta por brasileiros, com idade igual ou superior a 18 anos, que aceitaram colaborar na condição de participante para responderem ao formulário eletrônico. Os participantes foram considerados aptos à participação na pesquisa ao aceitarem voluntária e anonimamente.

Categoria Jovem e Adulto. Sociologia

Compreende-se que a definição de jovem, embora não apresente faixa etária de caráter absoluto e universal, seja uma interpretação social e tentativa de normatização do comportamento das redes de sociabilidade⁽¹⁷⁾. Na pesquisa, adotou-se a ideia de grupo etário a partir de 18 anos, na perspectiva de objetivar e de possibilitar a pesquisa sobre a opinião de jovens e de adultos.

O adulto neste estudo representa um recorte de categoria social de interesse, conforme definido por Sousa⁽¹⁴⁾. A adultez revela uma fase da vida que envolve problemas e características que lhes são próprias e merecem atenção. Não se trata de um estágio estanque, mas acompanha o contexto histórico e social. Para além da imposição de idades para esta categoria, se inicia a partir dos 25 anos e se prolonga até os 65 anos de idade, momento em que adentram na categoria de idosos⁽¹⁴⁾.

Coleta de Dados

As variáveis da pesquisa foram respondidas em formulário eletrônico, construído no *Google Forms* com perguntas fechadas, constituído por perguntas avaliativas sobre a estrutura, os princípios e o funcionamento do SUS e do escopo dos serviços. O formulário foi compartilhado em grupos de *WhatsApp*, com pedido de encaminhamento para aqueles que desejassem compartilhar com sua rede de socialização (bola de neve). Os dados foram coletados no período de agosto de 2021 a janeiro de 2022.

Tratamento e Análise dos dados

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e testes de associação (qui-quadrado e teste exato de Fisher) no pacote Stats do *software* R. Testes associativos foram realizados entre as variáveis sociodemográficas: sexo, idade, raça/cor, escolaridade, renda *per capita*, local de moradia, inserção no mercado de trabalho. Os respondentes foram categorizados em dois grupos para análise comparativa e associativa: um grupo composto por estudantes e profissionais da área da saúde e outro com respondentes sem nenhuma vinculação com a área da saúde (trabalho/estudo). Quando detectada significância nos testes qui-quadrado ou exato de Fisher, partições da tabela foram realizadas para comparar o grupo com determinada opinião (por exemplo, aqueles que tinham como opinião ótima com o grupo que apresentou opinião diferente: bom, regular, ruim e péssimo), com 5% de significância.

Aspectos Éticos

Por tratar-se de pesquisa de opinião pública com participantes não identificados, cujos dados coletados não são capazes de determinar suas identidades, de acordo com o Conselho Nacional de Saúde (CNS) e com Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), ainda que envolvam seres humanos é dispensado o registro e a avaliação do CEP/CONEP nos termos do art.1º, parágrafo único, da Resolução nº 510/2016, uma vez que os participantes não são identificados em etapa alguma da apresentação dos resultados e não é possível resgatar a informação de quem respondeu e da forma como respondeu. Considera-se, na área de ciências sociais, a visão plural de ciências, com adoção de perspectivas teórico-metodológicas sem intervenção direta no corpo humano que apresente riscos específicos⁽¹⁸⁾.

3. Análise dos Resultados e Discussão

A pesquisa levantou a opinião de 307 pessoas. Em relação às variáveis sociodemográficas, revelou que, 199 (64%) eram do sexo biológico feminino; 158 (51,5%) tinham entre 18 e 24 anos; 224 (73%) se autodeclararam brancos; 168 (54,7%) tinham ensino superior completo; (193) 62,9% declararam renda *per capita* maior do que dois salários mínimos; a maioria 260 (84,7%) vivia em capitais e regiões metropolitanas; e 116 (37,8%) possuíam emprego formal, conforme tabela 1:

Tabela 1 - Características sociodemográficas dos respondentes. São Paulo, SP, 2021-2022.

Variáveis	n	%
Sexo		

Revista Gestão & Saúde ISSN: 1982-4785
 Neiman AE , Gonçalves GCS

Sistema Único de Saúde: Pesquisa de opinião...

Feminino	199	64,8
Masculino	108	35,2
Idade		
18 - 24	158	51,5
25 - 31	56	18,2
32 - 38	41	13,4
39 - 45	26	8,5
46 - 60	26	8,5
Raça/Cor		
Branca	224	73
Negra	20	6,5
Parda	53	17,3
Amarela	9	2,9
Indígena	0	0
Sem definição de raça	1	0,3
Escolaridade (completa)		
Ensino Fundamental I	1	0,3
Ensino Fundamental II	4	1,3
Ensino Médio	134	43,6
Ensino Superior	168	54,7
Renda per capita		
Até 1 salário mínimo	40	13
1 a 2 salários mínimos	74	24,1
Mais de 2 salários mínimos	193	62,9
Local de moradia		
Capital e Região Metropolitana	260	84,7
Interior do Estado	47	15,3
Inserção no mercado de trabalho		
Profissional da Saúde	48	15,6
Emprego formal	116	37,8
Desempregado	20	6,5
Estudante	71	23,1
Estudante da área da saúde	79	25,7
Do lar	13	4,2
Aposentado ou Afastamento	3	1
Total	307	100

Fonte: Elaborado pelos autores , (2022).

Acerca do uso dos diferentes recursos do SUS, 62,5% (N=192) se declararam usuários parciais; 25,4% (N=78) e 12,1% (N=37) declararam não serem usuários do SUS. Ainda, 76,2% referiram utilizar Unidade Básica de Saúde (UBS); e 66,4% (N=204) declararam utilizá-la apenas para vacinação.

Com relação às perguntas de como avaliavam o SUS, a partir de seus componentes e responsabilidades, os participantes, em sua maioria, avaliaram de forma positiva (ótimo e bom).

Destaca-se a resposta dos participantes em relação ao Sistema Nacional de Doação e Transplantes de Órgãos e à Vigilância Epidemiológica, 33,9% e 20,5%, respectivamente, não sabiam ou optaram por não responder à estas perguntas, conforme tabela 2:

Tabela 2 - Avaliação do Sistema Único de Saúde pelos respondentes. São Paulo, SP, 2021-2022.

Itens	Ótimo	bom	regular	ruim	péssimo	NS/NR*
Como você avalia os tipos de atendimento oferecidos na Unidade Básica de Saúde?	12,7 (39)	47,6 (146)	26,1 (80)	5,5 (17)	1,3 (4)	6,8 (21)
Como você avalia o serviço da vigilância sanitária em seu contexto?	9,1 (28)	33,9 (104)	30 (92)	4,9 (15)	1,6 (5)	20,5 (63)
Como você avalia os serviços de vigilância epidemiológica em seu contexto?	8,5 (26)	35,8 (110)	22,5 (69)	5,5 (17)	0,7 (2)	27 (83)
Como você avalia o Sistema Nacional de Doação e Transplantes de Órgãos?	21,5 (66)	28,3 (87)	14 (43)	1,3 (4)	1 (3)	33,9 (104)
Como você avalia o atendimento do SAMU-192?	17,6 (54)	40,1 (123)	17,9 (55)	6,2 (19)	1,9 (6)	16,3 (50)
Como você avalia o PNI?	36,8 (113)	24,1 (74)	7,5 (23)	0,7 (2)	0 (0)	30,9 (95)
Como você avalia o Plano Nacional da Vacinação contra a Covid-19 do SUS?	34,9 (107)	43,3 (133)	14,3 (44)	2,6 (8)	2,3 (7)	2,6 (8)
Das ações que você conhece que são realizadas pelo SUS, como você as avalia?	18,3 (56)	49,8 (153)	26,7 (82)	2,3 (7)	0,3 (1)	2,6 (8)
De forma geral, como você avalia o atendimento realizado pelos serviços que compõem o SUS?	12,7 (39)	54,4 (167)	26,7 (82)	3 (9)	1,6 (5)	1,6 (5)
Você avalia que os serviços ofertados pelo SUS, têm melhorado ou piorado ao longo dos últimos anos?	Melhorado 55,4 (170)			Piorado 25,7 (79)		
	NS/NR* 18,9 (58)					
Total	N= 307 (100%)					

Fonte: Elaborado pelos autores, (2022).. *NS/NR: “Não sei ou prefiro não responder”

Nas análises associativas, em dois grupos, um composto por estudantes e profissionais de saúde e outro de pessoas sem vinculação com a área de saúde, diferenças estatísticas significativas ao nível de $p < 0,05$, nos teste qui-quadrado e exato de Fisher, foram encontradas nas afirmações sobre políticas e ações do SUS, atribuições, serviços da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, agravos ou doenças de notificação compulsória, Sistema Nacional de Doação e Transplantes de Órgãos, SAMU, princípios do SUS, e PNI. Houve diferença no conhecimento das atribuições do SUS, da Vigilância

Revista Gestão & Saúde ISSN: 1982-4785
Neiman AE, Gonçalves GCS

Sistema Único de Saúde: Pesquisa de opinião...

Sanitária, da Vigilância Epidemiológica, e de doença ou agravo notificado em 24 horas, entre os que não são da saúde (30%, 52,1%, 48,9%, 51,6%) e os que são (65,8%, 81,2%, 83,8%, 86,3%), respectivamente.

A porcentagem que respondeu que as políticas e ações do SUS são suficientes para atender à população brasileira é diferente entre os que não são da área da saúde (26,8%) e os que são (38,5%).

Para o Sistema Nacional de Doação e Transplante de Órgãos as diferenças foram para as seguintes opiniões: ótimo e os que preferem não opinar ou a desconhecem, para quem não é da saúde (15,3%, 41,6%); para quem era do grupo da saúde (31,6%, 21,4%). Não houve significância para as opiniões bom e regular e poucos responderam ruim ou péssimo (3,2% para o grupo sem vínculo com a área da saúde, 0,9% no grupo que são da área da saúde).

O atendimento SAMU-192 foi avaliado como bom por 55% dos profissionais ou estudantes da área de saúde, e 35% no grupo sem vínculo com a saúde. A porcentagem que preferiu não avaliar ou apontou desconhecimento do atendimento no grupo da saúde foi de 11,7%, enquanto no grupo que não era da saúde foi de 21%. As classificações ótimo, péssimo e regular não foram diferentes entre grupos.

Mais de 90% das pessoas da saúde afirmam terem ouvido falar dos princípios do SUS, essa porcentagem foi abaixo de 50% entre os que não são vinculados à área da saúde. O desconhecimento do significado das palavras “equidade”, “universalidade” e “integralidade” foi de 3,4% no grupo da área da saúde e de 22,1% para o grupo sem vinculação com a área.

Também, identificou-se diferença na porcentagem daqueles que alegaram desconhecimento do PNI, de 11,1% no grupo da área da saúde e 39,5% do grupo sem vinculação com a área da saúde. As avaliações ótimo, regular, preferiu não responder ou desconhecia o programa possuem diferenças, sendo as seguintes porcentagens para saúde: 59,8%, 3,4%, 11,2%, e para o grupo sem vínculo com a área: 22,6%, 10%, 44,2%. A crença de não estar incluído no PNI foi de 28,4% para aqueles que não eram da área, e de 6,8% para profissionais ou estudantes da saúde. Os resultados são apresentados na tabela 3:

Tabela 3 - Análise associativa, em grupo de estudantes e profissionais de saúde ou pessoas sem vinculação com a área da saúde. São Paulo, SP, 2021-2022.

Perguntas avaliativas	Sem vinculação com área da saúde		Estudante ou profissional da saúde		P-valor
	N	%	N	%	
Você considera que o SUS apresenta políticas e ações suficientes para atender a saúde da população brasileira?					
Não, é insuficiente	139	73,2	72	61,5	0,033 ¹
Sim, é suficiente	51	26,8	45	38,5	
Você conhece todas as atribuições do Sistema Único de Saúde (SUS)?					
Não	133	70	40	34,2	<0,001 ¹
Sim	57	30	77	65,8	
Você conhece as atribuições dos serviços de vigilância sanitária?					
Não	91	47,9	22	18,8	<0,001 ¹
Sim	99	52,1	95	81,2	
Você conhece as atribuições dos serviços de vigilância epidemiológica?					
Não	97	51,1	19	16,2	<0,001 ¹
Sim	93	48,9	98	83,8	
Você conhece ao menos uma doença ou agravo que precise ser notificado imediatamente?					
Não	92	48,4	16	13,7	<0,001 ¹
Sim	98	51,6	101	86,3	
Como você avalia o Sistema Nacional de doação e transplantes de órgãos?					
Não sei ou prefiro não responder	79	41,6	25	21,4	<0,001 ³
Ótimo	29	15,3	37	31,6	
Bom	51	26,8	36	30,7	
Regular	25	13,1	18	15,4	
Ruim	3	1,6	1	0,9	
Péssimo	3	1,6	0	0,0	
Como você avalia o atendimento do SAMU-192?					
Bom	62	35,0	61	54,9	0,012 ³
Não precisei, não conheço quem precisou/Prefiro não responder	37	21	13	11,7	
Ótimo	38	21,5	16	14,4	
Péssimo	5	2,8	1	1	
Regular	35	19,7	20	18	
Você já ouviu falar nos princípios do SUS?					
Não	104	54,7	9	7,7	<0,001 ¹

Revista Gestão & Saúde ISSN: 1982-4785
 Neiman AE , Gonçalves GCS

Sistema Único de Saúde: Pesquisa de opinião...

Sim	86	45,3	108	92,3	
Você sabe o que significa "Equidade", "Universalidade" e "Integralidade"?					
Não	42	22,1	4	3,4	
Sim	148	77,9	113	96,6	<0,001 ¹
Você conhece o Programa Nacional de Imunização (PNI)?					
Não	75	39,5	13	11,1	
Sim	115	60,5	104	88,9	<0,001 ¹
Como você avalia o Programa Nacional de Imunização (PNI)?					
Bom	44	23,2	30	25,6	
Não conheço o PNI/ Prefiro não responder	82	44,2	13	11,2	
Ótimo	43	22,6	70	59,8	
Regular	19	10,0	4	3,4	<0,001 ¹
Você acredita estar incluído no PNI?					
Não	54	28,4	8	6,8	
Sim	136	71,6	109	93,2	<0,001 ¹

Fonte: Elaborado pelos autores , (2022).. ¹Teste qui-quadrado; ³Teste exato de Fisher

Os resultados da pesquisa de opinião apontaram que, de forma geral, os respondentes avaliaram positivamente (ótimo e bom) a maioria das ações, serviços e responsabilidades do SUS, com a percepção de que houve melhoria nos últimos anos para mais da metade dos respondentes (55,4%).

Nas afirmações de ter conhecimento das atribuições do SUS, da vigilância sanitária, da vigilância epidemiológica, de doenças ou agravos que precisam ser notificados; de conhecer os princípios do SUS; e ter avaliado como bom o SAMU-192 e ótimo o PNI, foram maiores no grupo de pessoas vinculadas à área da saúde. Os resultados apontam que há desconhecimento do SUS como política pública de escopo nacional para o grupo externo à área da saúde. Destaca-se a necessidade de consolidação de informações aos cidadãos, na perspectiva de compreenderem o escopo de atuação do sistema de saúde brasileiro, visto que políticas públicas devem imprimir mudanças para reorganizar as práticas dos serviços e dos trabalhadores e ampliar o atendimento das necessidades de saúde ⁽¹⁸⁾. Nessa perspectiva, é preciso que os próprios cidadãos conheçam o sistema para que possam estimular e participar da política pública de saúde.

Cabe ainda destacar que, no que se refere às políticas de saúde, seja na sua formulação, implantação e execução, trata-se de “processos complexos e jogos de interesses múltiplos à guisa das

Revista Gestão & Saúde ISSN: 1982-4785
Neiman AE, Gonçalves GCS

Sistema Único de Saúde: Pesquisa de opinião...

reais necessidades de saúde da população”^(3, p.1). Isso provoca ainda mais a necessidade de os usuários do sistema público de saúde conhecerem a funcionalidade e a responsabilidade do Estado para que não sejam moldados por interesses escusos a eles próprios, ou seja, que a “opinião pública” possa ser exercida para o atendimento dos interesses individuais. Nessa perspectiva, conforme ancorado na compreensão de Bourdieu⁽¹⁵⁾, questiona-se a própria existência de uma opinião pública, por reconhecer que pesquisas de opinião pública não são isentas de conflitos de interesses, e portanto, praticadas por grupos que têm o poder de produzir perguntas e interpretar dados conforme lhes convém.

Neste levantamento os profissionais de saúde demonstraram opiniões mais positivas em relação ao escopo e às responsabilidades do SUS. Pode-se destacar dos resultados que a maioria dos profissionais de saúde (59,8%) avaliam como ótimo o PNI e que quase 40% do grupo sem vinculação com a área da saúde o desconhecia. Cabe destacar que o movimento antivacina tem crescido nos últimos anos, e exponencialmente com a obrigatoriedade da vacinação pela Covid-19, com argumentação controversa de que ela infringe a autonomia pessoal⁽¹⁶⁾. Pesquisa em grupos de pais brasileiros, anteriormente à pandemia, identificou aqueles que são favoráveis, contrários ou seletivos à vacinação e destacou a importância de compreender a (não) aceitabilidade da vacinação num contexto social e histórico⁽¹⁷⁾. Nessa perspectiva, ao desconhecer o PNI, desconhece-se aquilo que compete ao usuário, o direito e o dever de vacinação, esse último como pacto coletivo que extrapola as liberdades individuais.

Ambos os grupos avaliaram como insuficientes as políticas e ações do SUS à população brasileira, sendo de 73,2% no grupo de profissionais e estudantes da área da saúde e 61,5% no grupo sem vinculação com a área. Conforme apontado por Paim⁽¹²⁾, o SUS é uma das maiores políticas de saúde pública do mundo e de maior abrangência, mas ainda não está completamente consolidado.

Com relação ao perfil dos respondentes, destaca-se que a maior parte dos participantes deste estudo foram mulheres, brancas, com ensino superior completo e residentes de regiões metropolitanas ou de capital de estado. De acordo com a pesquisa, as mulheres são as que mais buscam unidades de saúde e apresentam idade entre 26 e 49 anos⁽¹⁸⁾. Contudo, vale salientar que as diferenças identificadas nesta pesquisa não podem ignorar relações de gênero que atravessam todas as dimensões da vida

social, com a inclusão de dupla jornada, trabalho doméstico e de cuidado da família, atividades invariavelmente feitas por mulheres⁽¹⁸⁾. Nesse sentido, não diverge que a maioria das respondentes eram mulheres.

Com relação ao escopo de atuação do SUS e de suas responsabilidades, foi possível notar que a maioria dos participantes não conheciam ou não sabiam de todas elas. Tal desconhecimento exacerba a compreensão de que a própria população usuária não sabe o que utiliza nem como o sistema ampara a sua vida diária, mesmo que indiretamente, ou seja, em geral, desconhecem o funcionamento do SUS. Esse resultado implica no desconhecimento de direitos e deveres relacionados à saúde e impacta inclusive na própria concepção do SUS, como política pública, cuja presença da participação social é imprescindível para sua consolidação⁽¹⁾.

Limitações

Como limitações destaca-se que, embora tenha sido pensada para acessar grupos sociais diversos, pode ser considerado como limitante o fato de ter sido enviado para pessoas próximas às pesquisadoras e terem alcançado em alguma medida pessoas de grupos sociais mais homogêneos, com limitações de variabilidades de características socioeconômicas. Ainda, pode ter limitado a participação de pessoas com pouco acesso aos recursos de internet.

5. Conclusão

A pesquisa identificou opiniões sobre escopo, atribuições e responsabilidades do SUS que divergiram entre os grupos de profissionais e estudantes da área da saúde e grupo de pessoas sem vinculação à área da saúde. As diferenças foram em relação aos princípios do SUS, avaliação do PNI, atendimento do SAMU-192, avaliação do Sistema Nacional de Doação e Transplante de Órgãos. Opiniões menos díspares entre os grupos foram identificadas na insuficiência de ações e políticas do SUS em relação à saúde voltada à população; à crença em estar incluído no PNI; ao conhecimento sobre PNI; ao conhecimento de doença ou agravo a ser notificada em 24 horas; às atribuições de serviço de vigilância sanitária; e ao significado das palavras “equidade”, “integralidade” e “universalidade”.

Salienta-se a importância de compreender como os usuários dos serviços de saúde do SUS avaliam-no como política pública. A pesquisa sugere que se deve ampliar ações para reconhecimento

Revista Gestão & Saúde ISSN: 1982-4785
Neiman AE , Gonçalves GCS

Sistema Único de Saúde: Pesquisa de opinião...

sobre a funcionalidade e a responsabilidade do Estado, evitando que suas avaliações não sejam moldadas por interesses que prejudiquem o seu próprio acesso ao sistema, e para que haja a materialização da saúde como direito de todos e dever do Estado.

Referências

1. Planalto.gov.br. 2022. Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm
2. Lopes-Júnior LC. Políticas, epidemiologia e práxis no Sistema Único de Saúde. Cadernos de Saúde Pública. 2020;36(11). [Acessado 19 dez. 2022], e00295120. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00295120>.
3. Santos IS, Ugá MAD, Porto SM. O mix público-privado no Sistema de Saúde Brasileiro: financiamento, oferta e utilização de serviços de saúde. Ciência & Saúde Coletiva. 2008 Oct;13(5):1431–40. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SVQWPvGk8rRDCyRKGsH99vF/abstract/?lang=pt>
4. Conselho Nacional de Saúde - Página Inicial [Internet]. Saude.gov.br. 2023 [cited 2023 Sep 12]. Available from: <http://www.conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-causa-da-ec-95-2016>.
5. Ministério da Saúde [Internet]. Ministério da Saúde. [cited 2023 Sep 12]. Available from: <https://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>.
6. Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde/Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2015. 127 p.
7. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. Manual instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS)/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada. –Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 84 p.
8. Brasil. Ministério da Saúde. Governo Federal. Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS. A agência reguladora do setor de planos de saúde do Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/ans/pt-br>.

Revista Gestão & Saúde ISSN: 1982-4785
Neiman AE, Gonçalves GCS

Sistema Único de Saúde: Pesquisa de opinião...

9. Mariano CM. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. *Revista de Investigações Constitucionais*. 2017 Feb 16;4(1):259. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rinc.v4i1.50289>.
10. Paim JS, Temporão JG, Penna GO, Santos NR dos, Pinto LF. Sistema Único de Saúde: 30 anos de luta! *Ciência & Saúde Coletiva*. 2018 Jun;23(6):1704–4. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.06612018>. ISSN 1678-4561.
11. Weber FA, Pérsigo PM. Pesquisa de opinião pública [recurso eletrônico]: princípios e exercícios. - Santa Maria: Facos - UFSM, 2017. 1 e-book 978-85-8384-054-1.
12. Fontelles MJ, Simões MG, Farias SH, Fontelles RGS. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. *Ciência Saúde - UFG*. 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf.
13. Bourdieu P. A opinião pública não existe. Comunicação feita em Noroit (Arras) em janeiro de 1972 e publicada em *Les Temps Modernes*, 318, janeiro de 1973. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6097686/mod_resource/content/1/Bourdieu.pdf.
14. Groppo LA. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. *Revista de Educação do Cogeime*, 2004. Vol. 13, No 25. DOI: <http://dx.doi.org/10.15599/0104-4834/cogeime.v13n25p9-22>. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoessecundaristas/wp-content/uploads/sites/207/2021/08/5-Dialetica-das-juventudes-modernas.pdf>.
15. Conselho Nacional de Saúde – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.
16. Recursos escassos e mal geridos colocam a saúde pública em risco – Edição do Brasil [Internet]. *Edicaodobrasil.com.br*. 2020 [cited 2021 Jul 26]. Available from: <http://edicaodobrasil.com.br/2020/07/10/recursos-escassos-e-mal-geridos-colocam-saude-publica-em-risco>
17. Cohn A. O estudo das políticas de saúde: implicações e fatos. In: Campos GWS, Bonfim JRA, Minayo MCS, Akerman M, Drumond Júnior M, Carvalho YM, organizadores. *Tratado de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2012. p. 219-46.

Revista Gestão & Saúde ISSN: 1982-4785
Neiman AE , Gonçalves GCS

Sistema Único de Saúde: Pesquisa de opinião...

18. Barata RB. Relações de gênero e saúde: desigualdade ou discriminação? In: Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009. Temas em Saúde Coletiva, pp. 73-94. ISBN 978-85-7541-391-3.

Participação dos autores na elaboração do artigo original

Autor 1: Trabalhou na concepção do projeto, análise e interpretação dos dados; Redação do artigo ou revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Aprovação final da versão a ser publicada.

Autor 2 : Trabalhou na concepção do projeto, análise e interpretação dos dados; Redação do artigo ou revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Aprovação final da versão a ser publicada.